



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LL

Nº 70022340954  
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022340954

COMARCA DE PORTO ALEGRE

ANTONIO CARLOS SPILLER

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE GUAPORÉ

DE

REQUERIDO

EXMO SR DR PROCURADOR  
GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

## DECISÃO

Vistos.

Nesta fase de cognição sumária e solução provisória, estou convencido de que a Lei Municipal nº 08, de 12.09.2007, do Município de Guaporé, a qual dispõe sobre a “criação de programa de financiamento de próteses e equipamentos especiais para deficientes físicos”, principalmente, por vício de iniciativa, viola frontalmente o contido nos arts. 8º, 10, 60, II, ‘d’, e 82, VII, da Constituição Estadual.

Diante disso, defiro a medida cautelar perseguida, com a suspensão liminar dos efeitos da mencionada Lei Municipal, uma vez que se encontram presentes a relevância jurídica do pedido e o “periculum in mora” ou, mesmo, a conveniência da apontada suspensão, diante das circunstâncias.

Notifique-se a Câmara Municipal, através de seu Presidente, para que, no prazo de trinta (30) dias, apresente as informações que entender necessárias.

Cite-se, com prazo de quarenta (40) dias, a Senhora Procuradora-Geral do Estado.



LL

Nº 70022340954  
2007/CÍVEL

Oportunamente, dê-se vista ao Senhor Procurador-Geral de  
Justiça.

Intime-se.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2007.

**DES. LEO LIMA,**  
**Relator.**

 <p>www.tj.rs.gov.br</p>	<p>Número Verificador: 7002234095420071551909</p> <p>Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</p> <p>Signatário: LEO LIMA Nº de Série do certificado: 45F66753D2DAF3E0 Data e hora da assinatura: 30/11/2007 12:31:03</p>
--	---